

# A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Natália Sandrini e Lorena Prestes

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-276-0

DOI 10.22533/at.ed.760192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.  
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado.

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em

solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades. ” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenuncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos

sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de formas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ISABEL O MUERTE!**: **O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)**, a autora Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski, busca investigar procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”. No artigo **OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER** o autor ou autora CLAUDIA PEIXOTO CABRAL, buscam abordar a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. No artigo **A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO**, os autores Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Mariele Rodrigues Correa Leonardo Lemos de Souza buscam analisar o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e,

esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. No artigo **A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA** o autor Gabriel Pancera Aver buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. No artigo **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA** a autora Érica Elisa Nickel, apresentou os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. No artigo **A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO**, as autoras Francisca Janice Silva Ana Paula Fernandes Cunha, objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenador pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. No artigo **A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA**. As autoras Andréia de Oliveira Militão e Angela Maria Sales Barros buscam trazer informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença. No artigo **A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE** a autora Amanda Rebeka Lima de Souza buscou se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali. No artigo **A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ** as autoras Janaiára Maria de Paiva Ferreira e Sandra Maria Fontenele Magalhães buscam entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. No artigo **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**, os autores Everton Gabriel Bortoletti e Laise Ziger buscam identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. No artigo **A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**



COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO, os autores Fernanda Penteado, Alison Diego Leajanski, Willian Samuel Santana da Roza buscam pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. No artigo **A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA** busca analisar a moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados. No artigo **A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA**, os autores Isa Stavracas, Ana Lee Claudio, Rebeca Josiane Ferreira da Silva, Sandra Esteves de Camargo, Vanessa Alves Duarte de Oliveira, buscar fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. No artigo **A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA** os autores Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida, Universidade, Stefani Monique Vasconcelos, Sheila Marta Carregosa Rocha, buscam investigar o seguinte: De que forma o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba. No artigo **AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO**, os autores Helane Santana Cruz e Vínicius Zacarias Maldaner da Silva buscam relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. No artigo **CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia e Mara Rúbia Rutzen realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. No artigo **COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI**, Matheus Alexandre Razera, Valter Martins analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto

utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. No artigo **CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**, os autores José Daniel Soler Garves, Andrezza Santos Flores, Cibele Diogo Pagliarini, Ângela Coletto Morales Escolano buscam discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. No artigo **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)**, os autores Auristela Duarte Moser, Fernanda Cury Martins Teigão, Kethelyn Contente Alves, buscam Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. No artigo **DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**, a autora Pamela da Costa Lopes Sales busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. No artigo **DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”**, os autores Ana Elisa Nardo Caseri e Carmem Lúcia Sussel Mariano buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. No artigo **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o papel da formação continuada**, os autores Maria Almerinda de Souza Matos, Cátia de Lemos, Claudenilson Pereira Batista buscaram relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. No artigo **ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMAR DO SÉC. XXI**, os autores Marcia Scavinski e Valter Martins analisar mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedadeiras ao longo do tempo, compreendendo as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> (1973-1975)	
Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski	
DOI 10.22533/at.ed.7601924041	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER	
Claudia Peixoto Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.7601924042	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>35</b>
A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO	
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva	
Mariele Rodrigues Correa	
Leonardo Lemos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924043	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Gabriel Pancera Aver	
DOI 10.22533/at.ed.7601924044	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA	
Érica Elisa Nickel	
DOI 10.22533/at.ed.7601924045	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO	
Francisca Janice Silva	
Ana Paula Fernandes Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7601924046	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA	
Andréia de Oliveira Militão	
Angela Maria Sales Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7601924047	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>92</b>
A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE	
Amanda Rebeka Lima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924048	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>107</b>
A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ	
Janaiára Maria de Paiva Ferreira Sandra Maria Fontenele Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7601924049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>115</b>
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	
Everton Gabriel Bortoletti Laise Ziger	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>122</b>
A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	
Fernanda Penteado Alison Diego Leajanski Willian Samuel Santana da Roza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	
Gabriela Cristina Maximo Evandro Fernandes Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>139</b>
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA	
Isa Stavracas Ana Lee Claudio Rebeca Josiane Ferreira da Silva Sandra Esteves de Camargo Vanessa Alves Duarte de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>152</b>
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO	
Isa Stavracas Fernanda Alexandre dos Santos Loide Giacometti Bervanger Stefani Leite Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240414</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA	
Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida Stefani Monique Vasconcelos Sheila Marta Carregosa Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO	
Helane Santana Cruz Vínicius Zacarias Maldaner da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>182</b>
CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Mara Rúbia Rutzen	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>192</b>
COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI	
Matheus Alexandre Razera Valter Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>207</b>
CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
José Daniel Soler Garves Andrezza Santos Flores Cibele Diogo Pagliarini Ângela Coletto Morales Escolano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>216</b>
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)	
Auristela Duarte Moser Fernanda Cury Martins Teigão Kethelyn Contente Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>230</b>
DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)	
Pamela da Costa Lopes Sales	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240421</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>246</b>
DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”	
Ana Elisa Nardo Caseri	
Carmem Lúcia Sussel Mariano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>258</b>
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Maria Almerinda de Souza Matos	
Cátia de Lemos	
Claudenilson Pereira Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>270</b>
ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI	
Marcia Scavinski	
Valter Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76019240424</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>287</b>

## OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER

**Claudia Peixoto Cabral**

**RESUMO:** O artigo aborda a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. A pesquisa “Os dois lados do espelho” que está em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás versa sobre as relações de poder que se estabeleceram no contexto dos protestos de junho de 2013 e as práticas de repressão que ocorreram nas maiores manifestações públicas que aconteceram no Brasil no século XXI. Durante os protestos de junho, a construção discursiva oficial e da mídia, aliada à violência física nas ruas, intelectual e psicológica, foi utilizada como estratégia de controle, como forma de deslegitimar as manifestações públicas, por meio da criminalização da ação coletiva e dos manifestante e como mecanismo de exclusão e controle social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Protestos de junho de 2013; Congresso Nacional; Discurso; Criminalização da ação coletiva

**ABSTRACT:** The article discusses the relationship of domination and control, exercised by the State, in the historical context of the protests of June 2013, from the conception of discursive construction in occurs the creation of an image that establishes a stereotyped discriminatory representation of collective action and subject protester. The research “Two sides of the mirror” that is underway with the Graduate Program in Social Anthropology of the Faculty of Social Sciences of the Federal University of Goiás deals with the power relations that were established in the context of the protests of June 2013 and the practices of repression that occurred in the largest public demonstrations that happened in Brazil in the 21st century. During the June protests, official and media discursive construction, combined with physical violence on the streets, intellectual and psychological, was used as a control strategy, as a way of delegitimizing public demonstrations, through the criminalization of collective action and the protester and as a mechanism of social control and exclusion.

**KEYWORDS:** Protests from June 2013; National Congress; Discourse; Criminalization of collective action

## 1 | INTRODUÇÃO

A representação, assim como, a identidade podem ser construídas a partir de um discurso e têm como elemento formador a criação de uma imagem. A construção discursiva sobre os protestos de junho de 2013 é o foco principal e ponto de partida da pesquisa antropológica que estou realizando junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Durante as manifestações públicas dos protestos de junho de 2013, a construção discursiva, aliada à violência física nas ruas, intelectual e psicológica, foi utilizada como estratégia de controle, como forma de deslegitimar as manifestações públicas, por meio da criminalização da ação coletiva e do sujeito manifestante.

No decorrer dos fatos da ação coletiva de junho de 2013 a fabricação da imagem do sujeito e da ação coletiva buscava instaurar uma representação estereotipada discriminatória das manifestações públicas dentro no discurso oficial e da mídia. No contexto histórico dos protestos de junho, essa construção discursiva foi utilizada como mecanismo de controle, dominação e “higienização” das ruas das cidades brasileiras. A ação coletiva nas manifestações públicas de junho de 2013 necessita ser compreendida em sua complexidade, considerando um universo extenso de situações e elementos físicos e simbólicos como: a participação dos atores sociais em diferentes campos; a posições dos sujeitos manifestantes e da ação coletiva no contexto histórico; as práticas de controle e “limpeza” e “purificação” das ruas; as estratégias e manobras visíveis, e a sensibilização para as práticas ocultas de contenção da insurgência popular, que poderiam arranhar uma imagem pretendida do país que sediava a Copa do Mundo de futebol e atrapalhar os planos do mercado, das instituições e do Estado.

A noção de limpeza de Mary Douglas ao abordar as questões de limites externos, assepsia, limpeza, pureza e perigo são teoricamente contributivas. Nesta perspectiva, as concepções que definem o corpo como um modelo que pode ser aplicado em qualquer sistema estruturado e aborda as questões de limites externos, assepsia, limpeza, pureza e perigo são formulações interessantes para pensar o processo de “purificação” das ruas no contexto dos protestos de junho de 2013.

A sociedade é uma imagem poderosa. Ela é potente no seu próprio direito de controlar ou estimular os homens à ação. Esta imagem tem forma, limites externos, margens e estrutura interna. Seus contornos cerram poder de recompensar a conformidade e repelir o ataque (DOUGLAS, 1966: 141). Pois, acredito que as ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressores têm como função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada. E somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado. Neste sentido não tenho medo da acusação de ter feito a estrutura social parecer demasiado rígida (Idem: 15).

O estudo das manifestações públicas que proponho à reflexão exige o entendimento da ação coletiva não por meio de um olhar reducionista, mas por um raciocínio expandido, em que não sejam somente consideradas as categorias que



dizem respeito à classe, as relações de trabalho e de mercado, ou ainda as relações políticas e institucionais.

A criação de uma imagem estereotipada e discriminatória como manobra de dominação pode ocorrer em qualquer processo relacional individual ou coletivo e atua de forma particular e universal em processos de submissão, dominação, ou exclusão seja de sujeitos, atores ou grupos sociais e até mesmo, como aconteceu nos protestos de junho, pode vir a controlar uma multidão.

A abordagem do estereótipo discriminatório no contexto dos protestos de junho de 2013 é fundamentada partir da teoria crítica pós-colonialista e a noção de Homi K. Bhabha sobre a construção da identidade, da representação e o do discurso como operação de dominação, subordinação de indivíduos, grupos sociais e territórios. Mecanismos que se repetem e podem ser utilizados em processos como o utilizado para deslegitimar a ação coletiva de junho de 2013. O princípio de controle e dominação advém de uma estratégia que implementa a criação de uma imagem estereotipada discriminatória pejorativa, que passa a ser percebida pelo imaginário coletivo. Por meio dessa imagem, se instaura uma identidade e uma representação desses atores sociais, construída dentro de um discurso em um contexto histórico específico.

A reflexão sobre a construção discursiva dos protestos de junho de 2013 teve como recorte inicial as manifestações que ocorreram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, mas durante a pesquisa de campo foi necessário ampliar o recorte e ampliar a abordagem da pesquisa. O estudo também tem como eixo a análise da construção da identidade do sujeito manifestante e da ação coletiva no discurso oficial do Congresso Nacional e da mídia.

Esclareço que delimito o foco da pesquisa no âmbito do discurso oficial e da mídia a dois dias específicos e emblemáticos, em que as relações de poder entre os atores sociais e a representação política no âmbito do poder legislativo se apresentaram pragmaticamente e simbolicamente mais tensas e conflituosas. O dia 17 de junho de 2013, quando dez mil pessoas estiveram na Esplanada dos Ministérios, e parte da mobilização popular ocupou a marquise do Congresso Nacional, chamada de “invasão” pelo discurso da mídia; e o dia 20 de junho quando os manifestantes tentaram entrar no prédio do Congresso Nacional. Neste dia, os manifestantes foram dispersados do gramado em frente ao prédio e desviados pelo aparato policial para as ruas laterais, momento em que houve a ocupação do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores.

O recorte de espaço é um dos pontos de partida da pesquisa. Durante mais de dez anos, de 2000 a 2010 e de 2012 a 2013, trabalhei no Congresso Nacional e observei a ocupação do gramado na Esplanada dos Ministérios em Brasília. As barreiras estéticas de contenção; as performances; as reivindicações semanais. Um lugar onde todos podem se misturar na cidade modernista que foi planejada para separar todas as atividades com setores delimitados para as instituições administrativas, bancárias, comerciais, residenciais, de diversão e lazer. Em narrativas que ouvi no cotidiano e na

convivência com os moradores da cidade sobre a construção de Brasília, as pessoas comentavam que o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa planejaram o gramado em frente ao Congresso Nacional para que justamente a população tomasse posse do espaço para se manifestar em frente a “Casa do Povo”. Afirmações e considerações essas que, até o momento e, por mais que eu procurasse, ainda não encontrei em nenhum documento ou registro. Dando a impressão de se tratar de uma convicção e impressão das pessoas. Começo a considerar inclusive essa atribuição dada ao gramado em frente ao Congresso Nacional, quase como narrativas que emergem do imaginário coletivo da cidade, e realmente essa pode ser uma constatação real, caso não seja possível encontrar a comprovação dessa destinação democrática e popular em nenhuma afirmação que atribuem ao arquiteto Oscar Niemeyer e ao urbanista Lúcio Costa, responsáveis pela concepção urbanística e pelo conjunto arquitetônico da Esplanada dos Ministérios.

O gramado em frente ao Congresso Nacional, em que acontecem semanalmente protestos e onde aconteceram as manifestações públicas de junho de 2013, integra o complexo arquitetônico da Esplanada dos Ministérios e faz parte de uma ideia única e peculiar de planejamento urbanístico. Compõe uma concepção urbanística e arquitetônica que evocou para Brasília o título de cidade monumento, Patrimônio Mundial, única cidade e bem contemporâneo a receber essa titulação, tombada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

De forma geral, este é local de concentração final das manifestações públicas que ocorrem na Esplanada dos Ministérios. A dinâmica das ações coletivas na Esplanada dos Ministérios consiste em um momento inicial de concentração na Rodoviária do Plano Piloto que fica a aproximadamente 2,4 km de distância do Congresso Nacional. A ação coletiva ocupa a faixa de rua à direita, sentido à Praça dos Três Poderes, passando pela Catedral e o Palácio do Itamaraty que ficam também à direita do extenso gramado. Os manifestantes ao chegarem à frente do Congresso se colocam diante ao espelho d’água que, inclusive é o um elemento espacial e simbólico que inspirou o título desta dissertação, e que é uma barreira estética que separa “os de dentro” os congressistas e “os de fora” os sujeitos e os grupos sociais. Os dois lados do espelho, ambiguidades entre a multidão e os seus representantes constitucionais e institucionais é também uma significação simbólica de hegemonia e hierarquia social e política.



Figura 1 -Foto: Acervo da autora – Esplanada dos Ministérios visão do Salão Negro do Congresso Nacional

A reflexão sobre ocupação do espaço na Esplanada dos Ministérios pode se amparar sobre questões teóricas que emergem das noções de panopticismo e vigilância. Os dois conceitos são utilizados por Foucault para elaborar o sistema disciplinar, dizem respeito ao poder disciplinador e de vigilância que é exercido sobre os sujeitos. “O Panóptico (...) permite aperfeiçoar o exercício do poder. (...) Sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído (...) Vigiar todas as dependências onde se quer manter o domínio e o controle (FOUCAULT 1997, p.170). No contexto da pesquisa, as noções sobre o espaço são importantes inclusive para refletir sobre as estratégias de repressão policial realizadas no gramado do Congresso Nacional em comparação com outras localidades urbanas.

O interesse em realizar a pesquisa sobre a compreensão do processo da construção da identidade do sujeito manifestante e da ação coletiva no discurso oficial e da mídia nos protestos de junho, fenômeno social, cultural e político, surge da constatação da divergência existente entre as narrativas de apreensão do sujeito e do discurso oficial e da mídia a respeito da ação coletiva ocorrida durante as manifestações públicas. Importante ressaltar que em pesquisas exploratórias documentais foram verificadas alterações e adequações estratégicas do discurso oficial e da mídia que buscavam adequar a organização social pretendida pelo Estado e as instituições utilizando as considerações da opinião pública e ao “senso comum” e a realização de um processo discriminatório, criminalizador, de fixidez pejorativa exacerbada para estabelecer como verdade a construção da imagem do sujeito manifestante e da ação coletiva como potencialmente ofensiva e como ameaça à segurança da sociedade.

Nesse contexto, foram realizadas no discurso oficial e da mídia estratégias enunciativas que propagavam operações de controle e intimidação da ação coletiva no decorrer do período da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de futebol

da FIFA com o propósito de fazer a limpeza das ruas e impedir a qualquer custo que as grandes manifestações públicas acontecessem. Imagens e narrativas incansavelmente repetidas compunham o mecanismo do discurso hegemônico.

Guy Debord faz considerações lúcidas e oportunas sobre como a articulação de forças, como as da polícia e da mídia, podem se apoderar de verdades e imputar aos sujeitos valores e ações no contexto da “sociedade do espetáculo”. “Boatos da mídia e da polícia adquirem de imediato, ou, na pior hipótese, depois de terem sido repetidos três ou quatro vezes, o peso indiscutível de provas históricas seculares” (DEBORD, 1992, p.210). Chama atenção e é adequada a pesquisa essa crítica que se encaixa de forma ajustada à proposta da pesquisa e ainda a concepção de Debord sobre os cinco aspectos combinados principais da sociedade do espetáculo: “ a incessante renovação tecnológica, a fusão econômica-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo. (1992,p.175)

Os protestos de junho se apresentam um campo de análise consistente para o estudo antropológico. A maior manifestação pública do século XXI no Brasil foi um processo de ação coletiva que cresceu progressivamente em um momento de prévia de festividade, em que se preparavam os megaeventos esportivos Copa das Confederações e a Copa do Mundo “no país do futebol”. Houve uma mudança inesperada de representação e de agência do sujeito. Naquele momento o que se esperava um clima de passividade, atenção voltada para as competições e comemorações. Mas diante da programação oficial de passividade e controle, ocorre um imprevisto, a ação coletiva ocupa os espaços urbanos, tomando de surpresa as instituições. As manifestações nas ruas eram assunto de conversas de intelectuais, políticos, jornalistas, populares nos espaços urbanos e nas salas fechadas das instituições. Carlos Vainer enfatiza a percepção sobre as ações coletivas nas manifestações públicas de junho.

Governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em junho. Pela rapidez com que se espraiaram, pelas multidões que mobilizam, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inaceitáveis (VAINER 2013).

Nesse contexto busco contribuir para a compreensão dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção desse fenômeno social, político e cultural como uma nova forma e prática simbólica de ação coletiva que desencadeou uma série de acontecimentos de outra natureza ou vertente social, cultural e política que na minha perspectiva foram influenciados pela ocupação do espaço urbano das ruas em 2013. Dessa forma proponho reflexões sobre as nuances e práticas que sucederam aos momentos de efervescência dessa ação coletiva, como por exemplo, as estratégias e manobras de regulação, controle, dominação e exclusão social. As relações de poder

controle e limpeza das ruas. Nesse aspecto são abordadas as questões dos protestos de junho de 2013 enquanto um novo paradigma de ação coletiva; em que se constituem as formas simbólicas. As manifestações públicas se tornam nacionais e passam a acontecer em várias cidades ao mesmo tempo. Em junho de 2013, reivindicações diferenciadas, sem líderes determinadamente identificados por instituições ou partidos políticos específicos levam às ruas milhões de pessoas, sujeitos difusos, atores sociais de diversos grupos sociais em um mesmo contexto de ação coletiva. As mídias sociais propagavam as informações e as pessoas compareceram às ruas com a intensão de participar e apresentar os seus questionamentos a respeito de questões políticas e sociedade. O que aconteceu a partir e em junho de 2013, apesar de todas as formas de repressão, vai influenciar toda uma série de mobilizações que se seguiram e se torna um formato e uma prática de mobilização social de diversos grupos ideológicos e políticos.

Os protestos de junho não são aqui compreendidos somente como um movimento social. Acredito que não devem ser entendidos apenas dessa forma, pelas características peculiares de como se concretizaram enquanto ação coletiva, como por exemplo, a inexistência de estruturas sólidas de comando, poder e hierarquia em sua formação; defesa de uma ideologia determinada; ou de reivindicação específica. A perspectiva que busco adotar é de entendimento de uma ação coletiva diversa, uma nova forma de mobilização social formada por atores sociais múltiplos que dificultam o recorte de identificação; várias formas de expressão e diversas bandeiras que não foram e, pelo o que parece, sequer tiveram a intenção de se apresentarem e de se estabelecerem como bem definidas.

Alberto Melucci é um dos autores que contribui para o entendimento dessa perspectiva. Em 1999 o autor escreve a respeito das novas formas contemporâneas de ação coletiva nas últimas três décadas. Suas considerações críticas enfatizam, uma certa dificuldade, o que ele chamou de “miopia do presente” que sofrem muitos sociólogos a lidar com esse tema de estudo. Defende em sua concepção que a controvérsia da não aceitação do “novo paradigma” de ação coletiva é fútil, e que é dispensável comparar as formas clássicas de movimentos sociais das atuais e as novas concepções de ação coletiva. Melucci argumenta que há diferenças circunstanciais, pois as novas formas de ação coletiva contemporâneas não podem ser analisadas como um objeto empírico unitário, devido a suas características específicas, por ter em sua unidade empírica uma composição com diversidade de elementos, anteriormente não identificados em contextos históricos diferentes, e por isso não podem ser observadas como um todo.

Los enfoques recientes con respecto a la acción colectiva, en términos de movilización de recursos, estructura de la oportunidad política o elección racional, tienden a reducir la acción a sus rasgos más evidentes y aquellas dimensiones que son fácilmente mesurables. Pero este tipo de reduccionismo ignora la interrogante relativa a la aparición de un nuevo paradigma de la acción colectiva, sin ofrecer ningún tipo de respuesta. Más aún, hace a un lado aquellas dimensiones específicamente culturales de la acción que están arraigadas en la experiencia

cotidiana de la gente, y que son tan significativas para los “nuevos movimientos”. Esto da lugar a una “miopía de lo visible”, que sólo alcanza a ver las características mensurables de la acción colectiva- a saber, sus relaciones con los sistemas políticos y sus efectos sobre las políticas públicas-, a la vez que pasa por alto la producción de códigos culturales y prácticas innovadoras, aun cuando ésta es la principal actividad de las redes de movimientos, ocultas entre la trama de la vida cotidiana, además de ser la base para su acción visible (MELUCCI 1999: 15).



Figura 2 -Foto: Marcello Casal Jr/ Agência Brasil -O dia 17 de junho, um dos mais numerosos dos protestos em Brasília.



Figura 3- Foto: Orlando Brito – Esplanada dos Ministérios 20 de junho de 2013



Figura 4 -Foto: Reprodução Globo News – 20 de junho – Ocupação do Palácio do Itamaraty

Proponho, dessa forma, o entendimento dos protestos de junho a partir de uma concepção que leve em consideração as configurações que unem a cultura à política e o entendimento desse processo de ação coletiva como uma manifestação, um fenômeno cultural e política. O conceito de cultura, nessa perspectiva, tem um enfoque além dos padrões de comportamento, expressões e manifestações de grupos e indivíduos. A partir da compreensão de que a vida social vai além de questões relacionadas a objetos e fatos, as abrange a percepção do mundo sócio-histórico como um campo de significados interligados, parto das considerações do conceito de cultura, com a colaboração da concepção simbólica de cultura de Clifford Geertz, que a define “como um sistema ordenado de significados e símbolos... em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos” (KUPER, 2002:132).

Nessa perspectiva considero que a ênfase deste estudo se estabelece sobre a análise do discurso oficial e da mídia no processo de construção de uma imagem do sujeito manifestante e da ação coletiva como controle da sociedade em momento de efervescência política em que elementos referenciais devem ser considerados: a proporção da ação coletiva; a importância, social, cultural, política e simbólica das grandes manifestações de junho; a indignação que mobilizou as pessoas; a diversidade de demandas e questionamentos e sobre as estratégias de controle baseadas na força e na enunciação discriminatória que emergiram nos espaços públicos e no imaginário social.

## 2 | A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO MANIFESTANTE – O ESTERÉOTIPO DISCRIMINATÓRIO

Para buscar a compreensão das fases que integram o processo de construção /fabricação do sujeito manifestante e da ação coletiva adoto como referência teórica os estudos pós-coloniais e o projeto crítico de Homi K. Bhabha. O estudo não trata de questões especificamente relacionadas ao pós-colonialismo e à discriminação racial, mas coincide com perspectiva teórica de Bhabha que é significativa para refletir sobre o processo relacional discriminatório, estereotipado que se impõe e é delineado pelo discurso oficial e da mídia sobre os protestos de junho, o sujeito e a ação coletiva em 2013.

O ponto de partida do recorte teórico para compreensão da elaboração do discurso criminalizador da ação coletiva é a concepção de Homi K. Bhabha sobre a construção da posição discursiva do sujeito em uma proposta hegemônica estabelecida visando o controle e a instrução. Uma imagem, identidade e representação do sujeito determinada que atenda as temporalidades históricas, as relações de poder e os projetos políticos do Estado. A questão da construção da identidade a partir da construção discursiva supera o enfoque da representação e da linguagem. Nesse contexto considero que os estudos pós-coloniais são oportunos como referência teórica porque versam sobre a construção da identidade e a representação do sujeito a partir de um grupo hegemônico. No caso específico é em relação ao Estado e os atores sociais.

Para Bhabha, o estereótipo é a principal estratégia do discurso colonial, tem como elemento a fixidez e reúne como ferramentas estratégias a desordem, a degeneração e a repetição. Enfatiza que a ambivalência é que concede ao estereótipo legitimidade, promovendo condições para a sua repetição e possibilidade de que coloque em prática seu objetivo de ser um discurso de verdade, por meio de mecanismos de individuação e marginalização em um processo de subjetivação estereotipada.

Minha leitura do discurso colonial sugere que o ponto de intervenção deveria ser deslocado do imediato reconhecimento das imagens como positivas ou negativas para uma compreensão dos *processos de subjetivação* tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo. Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política previa é descartá-la, não deslocá-la, o que só é possível ao se lidar com sua *eficácia*, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado). Não pretendo desconstruir o discurso colonial para revelar seus equívocos ou repressões ideológicas, para exultar diante de sua auto-reflexividade ou tolerar seu “excesso” liberatório. Para compreender a produtividade do poder colonial e crucial construir o seu regime de verdade e não submeter suas representações a um julgamento normatizante (BHABHA, 1998, p.106).

Na concepção de Bhabha, o estereótipo como estratégia discursiva contribui para a legitimação de mecanismos que buscam justificar ações e estabelecer sistemas de administração e instrução e exige observações apuradas, divergindo, portanto, de outros estudos que viam no estereótipo com uma forma confiante e dessa forma



limitadora e demasiadamente conservadora.

Ao contrário, proponho que, de forma bem preliminar, o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo, exigindo não apenas que ampliemos nossos objetivos críticos e políticos mas que mudemos o próprio objeto da análise (BHABHA, 1998, p.110).

A representação é inicialmente realizada a partir da linguagem e da identidade no contexto da análise das imagens projetadas. Dessa forma, há a verificação da reafirmação das relações de poder que promovem a criação de imagens discriminatórias e pejorativas estabelecidas como discurso de verdade, apresentadas, percebidas e assimiladas como autênticas e reais. Essas relações, como forma de representação são examinadas por meio da análise de imagens e da análise ideológica. As verificações feitas a partir da teoria crítica de Homi K. Bhabha apontam que a estratégia desse modo de operar e instaurar a representação do sujeito promove uma fixação da hierarquia privilegiada e de dominação.

### **3 | OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA OFICIAL E DA MÍDIA**

É possível definir três fases distintas como ponto de partida da análise dos protestos de junho e o processo de construção discursiva do sujeito manifestante e da ação coletiva como atores sociais. As fases que defino como foco de análise da construção do discurso buscam sobretudo a compreensão do discurso oficial e da mídia sobre os protestos de junho, seguindo as considerações teóricas de Foucault e seu esforço crítico em ver o discurso como forma de poder, visando organização, dominação e instrução das forças e dos atores sociais. O discurso como forma de esconder operações antiéticas, violentas e estratégicas que promovem interpretações como definem Hubert Dreyfus e Paul Rabinow.

Estas interpretações foram criadas e impostas por outra pessoa, não pela natureza das coisas. Nesta descoberta da ausência de fundamento, a inerente arbitrariedade da interpretação é revelada. Pois, se não há nada a interpretar, então tudo é passível de interpretação; os únicos limites são as arbitrariedades impostas. Esta opinião se elucida à medida que o trabalho de Foucault procede (2012).

Todas essas estratégias foram utilizadas para tirar a qualquer custo as pessoas das ruas e evitar que as ações coletivas ocupassem as ruas e que a população continuasse a participassem das manifestações. Como no dia 17 de junho de 2013, quando os protestos aconteceram em 40 cidades e 11 capitais, e houve a tentativa de ocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e do Congresso Nacional. O discurso oficial e da mídia se referia em várias de suas ocorrências de forma pejorativa aos protestos “um grupinho de vândalos”, “meia dúzia”, a imagem do manifestante era de uma minoria desqualificada e não representativa. No dia 12 de junho, de Paris, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin declarou em

entrevista:

- É um movimento organizado.

-Por quem? (pergunta o repórter)

- Por um grupinho, um grupinho é de, de, de vândalos, com uma ação evidentemente criminosa. (disponível em Junho o filme – 21:38< <https://www.youtube.com/watch?v=vhAPWD8hXk8>> acesso em set. de 2014).

A mobilização popular resumida a uma denominação depreciativa e discriminatória, já se denotava desde o início, que o “grupinho” causava incômodo necessitava ser desqualificado imediatamente, no âmbito simbólico, referencial e pragmático. Apesar dos vários elementos de interesse da Antropologia Social que podem ser observados nos protestos de junho, busco ater a pesquisa a estratégia de construção discursiva hegemônica como mecanismo de poder. A respeito do discurso dos grupos hegemônicos sobre o *outro*, Frantz Fanon faz sua observação apurada de como a estratégia de dominação inscrita em posições discursivas estereotipadas, agressivas, buscam mascarar saberes “oficiais” para conceber posições e oposições.

No caso do manifestante a posição discursiva determinada era “olhe um manifestante”, “olhe um vândalo”, “olhe um baderneiro” e que, posteriormente, avançaria para- “Olha o criminoso”! Mesmo com as operações discursivas estereotipadas e depreciativas ocorre uma ampliação da ação coletiva, a população vai às ruas e surpreende o Estado, as instituições, e a própria sociedade. Nessa fase inicial a representação simbólica da ação coletiva como atividade geradora de significado, de contestação foi inicialmente diminuída, desconsiderada e deslegitimada, sendo tratada pelas narrativas oficiais e institucionais como uma ação isolada. No entanto, o “grupinho”, multiplica-se e expande a sua ação em várias cidades do país.

A partir da fase inicial, segue-se o segundo momento do processo que proponho considerar e refletir, a de identificação da população com as manifestações coletivas em que milhares de pessoas se tornam manifestantes. A imagem das pessoas nas ruas buscando, exigindo melhores condições de vida, seja nas reivindicações iniciais de qualidade de transporte público, saúde, educação, contra a corrupção e outras demandas, se amplia. O discurso oficial que antes era de diminuir e tratar a ação coletiva como um ato isolado é reformulado. Passa-se momentaneamente, ainda sem uma estratégia imediata de controle, a uma situação de reconhecimento da mobilização e da ação coletiva que estava reunindo milhares de pessoas nos espaços urbanos. O discurso oficial e da mídia que antes era inquisidor é reformulado.

Exemplo emblemático e surpreendente é a transmissão ao vivo do programa sensacionalista Brasil Urgente, transmitido diariamente pela rede Bandeirantes de televisão, às 16h30, apresentado por José Luiz Datena. Durante a cobertura dos protestos no dia 17 de junho de 2013, o discurso propagado era o já estabelecido de deslegitimar os protestos, fixar com palavras pejorativas e enunciativos apelativos a criminalização da ação coletiva. Porém, a confiança do comando da sociedade

do espetáculo é abalada. Fica evidente quem joga quem contra quem, mostrando um episódio, esse sim, espetacular. Em uma pesquisa, em que a votação era feita por telefone, sobre os protestos o discurso foi refeito para que pudesse atingir os objetivos, a reprovação ao vivo dos protestos. Mas mesmo assim, apesar da mudança do enunciado, com direito a um constrangimento visível, gagueira do apresentador, diante de um resultado imprevisível, e um improviso quase desesperado, foi confirmada a aprovação popular aos protestos sejam lá como acontecessem.

Transcrevo a formulação discursiva como aparato reflexivo da pesquisa. (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jqRVKAiEVbl>, acesso em agosto de 2013).

Eu acho que o protesto tem que ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública e joga esses caras contra a população. Tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento. Então vou fazer uma pesquisa sobre isso aqui (imagens dos protestos no mosaico do estúdio) Você é a favor desse tipo de protesto?

As afirmações depreciativas continuavam durante toda a votação, quando a diferença atinge quase mil votos, 1851 pessoas não eram favoráveis e 2.811 eram favoráveis aos protestos, resolvem reformular, de forma desconcertante, a pergunta.

Será que formulamos mal a pergunta. Você é a favor de protesto com baderna? Eu acho que essa seria a pergunta. 2.839 pessoas disseram que são a favor e .1871 não são a favor desse tipo de protesto. O cara que liga está vendo ali tudo calmo, tranquilo pode até achar que a pergunta é essa. Faça a pergunta da, da forma que, que eu, eu, pedi para formular. (visivelmente desconcertado) Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, da, do protesto com baderna? Tem que ficar claro se não o cara não entende. Cadê a outra pesquisa que eu pedi para fazer aí. Você é a favor do protesto com baderna? (zeram o contador e reinicia a votação). 899 pessoas votaram não e 2.149 pessoas votaram sim. O povo está tão “p” da vida que apoia qualquer tipo de protesto.

Diante da situação de apoio e aprovação popular sobre a legitimidade dos protestos, impossível de não ser considerada, e sem uma estratégia de controle imediata não há apoio explícito, mas foi possível verificar o reconhecimento das manifestações. Outra marcação discursiva pejorativa relevante sobre a construção da identidade do sujeito e da ação coletiva nos protestos de junho foram as ambivalências presentes nos enunciados do comentarista Arnaldo Jabor no Jornal Nacional da Rede Globo de televisão. No dia 13 de junho essas foram suas considerações: (disponível< <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>> acesso em agosto de 2013).

O que provoca um ódio tão violento contra a cidade. Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus, não pode ser por vinte centavos. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos.

Pouco mais de uma semana, no dia 22 de junho de 2013, a posição discursiva sobre o manifestante foi modificada. Ele aparece em uma construção bem diferente da comparação às organizações criminosas, suavizada e até poética. “De repente reapareceu o povo, de repente o Brasil virou um mar”. (disponível< <https://www>.

[youtube.com/watch?v=yKpxMJxfrsg](https://www.youtube.com/watch?v=yKpxMJxfrsg)>, acesso em agosto de 2013).

A terceira fase em que proponho a observação a ser referida nessa pesquisa sobre os protestos de junho é de elaboração de operações, manobras estratégicas e de um discurso oficial para estancar o processo rizomático de ampliação da ação coletiva em todo o país. Para refletir sobre os protestos de junho o conceito de rizoma Gilles Deleuze e Félix Guatarri é oportuno e referencial. Milhares de vozes, ideias, personas, reivindicações se propagam sem controle.

O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados (DELEUZE, GUATARRI 1995, p.32).

A dinâmica da propagação rizomática da ação coletiva e a mobilização popular em âmbito nacional apontavam para a necessidade de uma intervenção imediata do Estado, todas as operações até então pareciam ter sido insuficientes. A força precisava ser mostrada para que o controle do Estado fosse reestabelecido. O contexto social e histórico era imprevisível. A vigilância, a tecnologia repressiva e a construção discursiva sobre a ação coletiva, visando instruir os atores sociais aos seus posicionamentos planejados e estabelecidos. As estratégias de controle necessitavam de operar de forma mais coordenada e efetiva com urgência. Uma nova forma operatória tinha que ser elaborada, para fazer a limpeza, a assepsia das ruas, uma vez que o país em menos de um ano se tornaria a vitrine do mundo, o palco de um dos mais lucrativos espetáculos da terra, a Copa do mundo de Futebol da FIFA, com suas redes de mercado, suas estrelas publicitárias de ganhos e gastos astronômicos.

Nesse cenário festivo e opressivo, seja para embelezar a imagem do país vitrine ou para atender as expectativas e o papel programado para a população nesse contexto, os atores sociais deviam retomar as posições no planejamento oficial. Exercer a ação esperada de efervescência comemorativa deveria dessa forma assumir o seu papel já traçado que se resumia as atividades programadas e reforçadas pelo discurso oficial de se preparar para receber os estrangeiros, trabalhar, agradecer, torcer e comemorar e tornar esse o único objeto de sua atenção. Nesse aspecto é válido refletir sobre a questão da representação imposta e apresentada como verdade que o discurso assume nos projetos de poder. Stuart Hall faz um recorte sobre esteriótipo racial, que pode ser ampliado para pensar os processos discriminatórios de posições sociais ambivalentes e o confronto cultural e político. Segundo Hall, essas representações do *outro* são estabelecidas para manter uma política que determina os posicionamentos do sujeito na ordem social pretendida.

La representación es posible sólo porque la enunciación siempre está producida dentro de códigos que tienen una historia, una posición dentro de las formaciones discursivas de un espacio y tiempo particular. El desplazamiento de los discursos "centrados" de Occidente supone cuestionar su carácter universalista y sus reclamos transcendentales para hablar por todos, mientras que el discurso está

Partindo da hipótese repressiva, Foucault estabelece que manter o equilíbrio social e o controle não é papel da virtude, mas da força. O processo de construção discursiva sobre o manifestante e a ação coletiva está calcado na força. De forma pragmática da força da polícia, da tecnologia disciplinar de vigiar e punir e do discurso. Esses três elementos são pontos referenciais da pesquisa que proponho. Segundo Foucault, a polícia é o instrumento que possibilita aumentar o controle do Estado sobre os sujeitos e que articula as técnicas de controle; a tecnologia disciplinar, como a criminalização e as prisões, são táticas para disciplinar os sujeitos e as populações; e o discurso pretende se estabelecer na categoria das leis, é o poder que pretende tomar posse, controlar.

...suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009, p. 9).

No contexto dos protestos de junho de 2013 é importante ressaltar a estratégia de criminalização da ação coletiva, dentro da perspectiva do controle do Estado utilizando no mecanismo discursivo a categoria do “terrorismo”. A denominação da prática terrorista já vem sendo utilizada pelos Estados Unidos para a dominação, opressão e ocupação de territórios desde o início do ano 2000. Além das estratégias físicas, psicológicas, afetivas e sociais, é necessário refletir sobre o processo de criminalização da ação coletiva no âmbito do contexto do ordenamento jurídico. Há quinze projetos de lei que tipificam ou tratam de “terrorismo” na Câmara dos Deputados, mas é em 2013, a partir das manifestações públicas de junho que a construção do discurso criminalizador oficial do sujeito manifestante e da ação coletiva se impõe. A categoria do “terrorismo” para tipificar como crime a ação coletiva e as manifestações públicas, se estabelece de forma rápida no contexto político e nas relações de poder. Mecanismos institucionais jurídicos de controle e de contenção, como o projeto de lei do senado 728/2011, que previa até 30 anos de prisão para os sujeitos envolvidos nos protestos durante os eventos esportivos, teve sua tramitação acelerada no Senado Federal em 2013, foi colocado em pauta para apreciação nas Comissões da Casa, mas foi rejeitado em novembro de 2014.

No entanto, no final de outubro de 2015 avançou a tramitação do Projeto de Lei do Poder Executivo 2016/ 2015 que tem o mesmo teor jurídico e tipifica o crime de terrorismo e participação em protestos, com a mesma punição de até 30 anos, superior às sanções aplicadas a crimes de homicídios que vão de 6 a 20 anos. O projeto foi aprovado na Câmara, em agosto, e no final de outubro de 2015 no Senado. Por ter sido alterado de forma mais conservadora do que a redação final na Câmara, em que se estabelece os protestos de cunho ideológico e social como terrorismo, o projeto volta para a Câmara dos Deputados. Outro exemplo de controle da ação coletiva no

país de caráter discursivo implementado no ordenamento jurídico e de controle que cabe aqui registrar é a iniciativa da Presidência da República que publica em 24 de maio de 2014, o decreto 8.243/2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, sinalizando o interesse em ampliar a base de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais no âmbito estatal, mediante uma possível operação de institucionalização, burocratização, mapeamento e controle da ação coletiva.

A reflexão que pretendo trazer com os argumentos e questões levantadas é buscar o entendimento da composição das operações, o jogo simbólico a violência física e psicológica da dominação para realizar um processo efetivo de limpeza e higienização das ruas das cidades brasileiros, ou seja tirar os atores sociais da rua. Para tanto, foram utilizadas formas arbitrárias. Estratégias discursivas no discurso da mídia e no discurso oficial do Congresso Nacional e no Poder Executivo, repressão e prisões disciplinares aconteceram, dando suporte a construção discursiva oficial sobre o sujeito manifestante e a ação coletiva.

Slavov Zizek faz uma consideração crítica sobre as relações de poder que se estabelecem visando o controle dos atores e na ordem social cuja noção reflete a situação em que os atores sociais vivem e viveram. No âmbito dos conflitos surge o cinismo surge como atitude pós-moderna e emerge como uma característica relevante a se considerar quando se busca analisar questões críticas relacionadas às diferenças ideológicas e políticas.

O ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade. O modo mais destacado dessa “mentira sob o disfarce da verdade” é o cinismo. “eles sabem muito bem o que estão fazendo e fazem mesmo” (ZIZEK P. 14).

Ao pensar sobre o cinismo como elemento das operações de controle, dominação e opressão aparecem inúmeros exemplos sintomáticos desse estado das coisas e da repressão e criminalização dos movimentos sociais. Sobretudo a reflexão que pretendo estabelecer é a de mostrar que para compor as operações, o jogo simbólico a violência física e psicológica da dominação e fazer o processo de limpeza foram utilizadas formas arbitrárias.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estratégias implementadas no discurso da mídia e no discurso oficial do Congresso Nacional e no Poder Executivo, repressão e prisões disciplinares aconteceram, dando suporte a construção discursiva oficial sobre o sujeito manifestante e a ação coletiva, abuso do poder, arrogância e prepotência que estão refletindo no funcionamento institucional político, social e cultural do país. Ocorrências que apontam para os reflexos e as consequências da ação coletiva dos protestos de junho como significativos no contexto do país e que o Estado, em suas esferas institucionais,

demonstraram uma incapacidade considerável, fomentada pelo aparato repressivo, o uso excessivo da força e da violência intelectual e simbólica, para compreender e atender as demandas sociais e de confronto cultural e político da sociedade.

## REFERÊNCIAS

a-BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG .1998.

\_\_\_\_\_. *O bazar global e o clube dos cavaleiros ingleses*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011.

CABAÇO, José, L.; CHAVES Rita. *Colonialismo, violência e identidade cultural*. Em: Abdala Benjamin, J. (org.), *Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs*. vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DREYFUS Hubert L.RABINOW, Paul. *Michel Foucault- Uma trajetória filosófica*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2010.

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador. Editora UFBA

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1997.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo. Edições Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. *Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença*. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p.30-49. p.32.

GUY, Debord. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALL, Stuart. *Nuevas etnicidades*. Bogotá.: Envió editores, 2010.

HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MELUCCI Alberto, *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México.1999.

SOUZA, Lynn. *Hibridismo e tradução cultural em Bhabha*. Em: Abdala Benjamin, J. (org.), *Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. Em: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIANA, Silvia. *Será que formulamos mal a pergunta?* Em : *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VILLEGAS, Daniel C. *História mínima do México*. El colégio do México, México. 1974.

ZIZEK ,Slavoj. *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO** Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-276-0



9 788572 472760